

# ANPAF/RS Entrevista

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES FEDERAIS/RS

Volume 1, Edição Extra – Entrevista exclusiva com *Luciano Portal Santanna*

Maio 2005

## “Unidos somos muito representativos”

Diz Luciano Portal Santanna, em entrevista exclusiva para ANPAF/RS:

### Qual a sua expectativa em relação à carreira de procurador federal?

Sou otimista, pois a advocacia pública é atividade essencial de qualquer Estado de Direito. E nós estamos em várias frentes, orientando e defendendo os interesses da Administração Federal, que são em última análise os interesses da sociedade brasileira. Seria conveniente apresentar nossos resultados com maior frequência, consolidando uma imagem positiva da carreira junto à sociedade. Unidos somos muito representativos. Por essa razão sou um entusiasta da Procuradoria-Geral Federal e da Advocacia-Geral da União.

### Qual a importância do trabalho desenvolvido pela Procuradoria Federal Especializada no INSS?

Entendo que o trabalho de todo advogado público é importante. Afinal seria possível mensurar o valor do trabalho que impede o pagamento indevido de R\$ 1 bilhão diante daquele que garante a aquisição/distribuição de medicamentos importados para tratamento do câncer? Vale mais o trabalho que impede a destruição do patrimônio histórico nacional ou aquele que viabiliza o assentamento de famílias? Não há critério e a resposta pode variar segundo os valores de cada um. Por isso considero que todos os órgãos jurídicos têm sua missão e ressaltam a importância da AGU.

No atual contexto, em que o País tenta reduzir sua carga tributária (que é inibidora de crescimento econômico), a classe política e a sociedade se conscientizam da necessidade de reduzir/conter os custos com a previdência social. E o trabalho dos procuradores federais em exercício na PFE-INSS é essencial para tanto, garantindo que se pague apenas a quem e o que é devido. Quando vencemos a discussão relativa a URV e depois afastamos a aplicação do IGP-I para o reajuste de benefícios, garantimos uma

Todo o mês a ANPAF/RS publicará uma entrevista com um Procurador Federal.

De sua opinião pelo E-mail

[anpafsul@pop.com.br](mailto:anpafsul@pop.com.br)

É um canal em que a ANPAF/RS coloca à sua disposição para atender melhor o associado.

“ (...) nem sempre a Procuradoria recorre”

Nesta edição

O entrevistado é  
**LUCIANO PORTAL SANTANNA,**  
Coordenador-Geral de  
Administração de Procuradorias da  
PFINSS, sócio da **Anpaf/RS.**

**ANPAF/RS Entrevista.** . . . . .

economia de R\$ 43 bilhões. Pois temos discussões na área de benefícios que podem ter repercussão ainda maior. São milhões de processos, inúmeras teses e nosso desempenho, apesar de todas as dificuldades, tem sido muito bom. A economia indireta que realizamos é incalculável.

## **Como é administrar a maior Procuradoria do País?**

Trata-se de uma procuradoria extremamente carente de estrutura e de pessoal, o que dificulta sobremaneira a tarefa. O expressivo número de processos, a atuação perante todas as comarcas da Justiça Estadual, a expansão do Judiciário Federal e o ritmo imposto pelos Juizados Especiais Federais exigem um esforço de logística e uma quantidade muitíssimo superior de recursos humanos. Ademais, não temos autonomia financeira e de gestão. Ainda dependemos inteiramente da autarquia previdenciária, a qual tem suas carências e prioridades... Precisamos de mudanças estruturais, inovações tecnológicas e uma injeção de pessoal.

## **Que tipo de mudanças estruturais?**

Mais autonomia seria um bom começo. Hoje o planejamento operacional das nossas unidades é realizado pelas gerências-executivas do INSS, o que não me parece adequado. É compreensível que os gerentes do INSS tenham como prioridade o atendimento ao público, por essa não acompanham a movimentação dos Tribunais Regionais Federais e tampouco as diretrizes da Procuradoria-Geral Federal e da direção da PFE-INSS. Assim o planejamento para as procuradorias locais normalmente ignora a interiorização do Judiciário Federal, a dinâmica e as condições para atuação com processos virtuais etc. Precisamos de estruturas regionais que acompanhem as ações dos Tribunais e colaborem com as unidades locais. Apresentamos uma proposta de reestruturação dos cargos comissionados que, se implementada, contribuirá em muito para solução dos nossos problemas.

## **Quais são suas propostas de inovação tecnológicas e de injeção de pessoal?**

Tirar proveito da virtualização que vem sendo implementada pelo Judiciário Federal, criando centrais especializadas em algumas capitais e deslocando trabalho de unidades com maior carência de recursos humanos. Faremos um projeto-piloto no Rio Grande Sul pelo qual a procuradoria de Porto Alegre atuará em processos virtuais do interior daquele Estado, onde nossas unidades jurídicas têm poucos procuradores.

Para tanto também será criada uma equipe de apoio do INSS que auxiliará a Procuradoria na defesa e cumprirá decisões judiciais em processos de todo o estado. Temos de aproveitar a tecnologia também nas ações repetitivas, de forma a otimizar o tempo dos procuradores.

## **E quanto a recursos humanos?**

Precisamos urgentemente de mais procuradores. A PGF está ciente e sensível às nossas dificuldades. Penso que a unificação dos órgãos jurídicos, sobretudo nas localidades mais carentes de procuradores, seria outra importante medida no sentido da otimização de recursos humanos, sem que isso implique necessariamente em prejuízo à especialização ou inobservância às diretrizes fixadas pela direção da procuradoria especializada.

Nosso principal problema, entretanto, consiste na ausência de uma carreira de apoio qualificada e também a quantidade, cada vez menor, de servidores. Apresentamos uma proposta que resolve o problema sem aumentar custos ao erário.

## **Contratação de servidores sem aumento de despesa?**

Exatamente. Propomos a criação de duas carreiras de apoio à Procuradoria: analista processual, composta por profissional com formação em Direito ou Contabilidade, e técnico processual, de nível médio; ambas com remuneração equivalente às carreiras de analista e técnico previdenciário. Assim teríamos um apoio especializado em procuradoria sem o inconveniente de disputarmos profissionais com as Agências da Previdência Social. Poderíamos contratar 1.000 destes servidores com recursos que atualmente dependemos com advogados contratados. No ano passado foram gastos R\$ 15 milhões com tais profissionais.

## **Quantos contratos o INSS têm com advogados autônomos?**

Já tivemos aproximadamente 800 advogados contratados. Havia 391 em 2004 e agora estamos concluindo a rescisão de 100 contratos. Ou seja, reduzimos quase um terço em menos de um ano e faremos mais, na medida do possível. Mas a questão não é simples. Os advogados credenciados atuam em comarcas longínquas no interior do país e contam com uma boa estrutura de apoio. Ou seja, têm veículos, servidores e estagiários suficientes à demanda de trabalho. E é essa a nossa maior dificuldade hoje. Só poderemos rescindir todos os contratos quando tivermos um apoio qualificado e em quantidade razoável. Daí a pertinência de nossa proposta.

## O que foi feito pela direção da PFE-INSS para melhorar as condições de trabalho dos procuradores?

As condições de trabalho infelizmente ainda não são boas. Dentro de nosso limitado campo de atuação e como resultado do esforço de toda equipe, destaco, em síntese, a aquisição de R\$ 400 mil em obras jurídicas; a distribuição de 1.000 computadores, parte dos quais ainda está sendo instalada; a obtenção de R\$ 590 mil para cursos de pós-graduação para este ano (a Coordenação de Assuntos Estratégicos analisa a contratação de curso de pós-graduação à distância); a realização de encontros nacionais nos quais discutimos nossas teses jurídicas com a participação de mais 700 procuradores; a lotação de 100 novos contadores, sendo que tínhamos apenas 32 em todo país; o trabalho incessante na busca de mais procuradores federais; a abertura de novos pólos de atuação, acompanhando a interiorização do Judiciário Federal; o trabalho propositivo e de planejamento de ações da procuradoria em relação ao movimento de virtualização dos processos judiciais e, com destaque especial, a criação de Coordenações-Regionais, as quais estão se firmando a cada dia como indispensáveis à solução de problemas locais. É preciso esclarecer que as gerências-executivas do INSS são responsáveis pela logística das unidades da Procuradoria. Temos muita preocupação em relação a este assunto. Recentemente estivemos na PFE-INSS de São Paulo capital na companhia da Dra. Célia Cavalcanti, Procuradora-Geral Federal, do Dr. Aécio, Subprocurador Nacional da PFE-INSS, e do Dr. Helder, Coordenador-Geral de Matéria Tributária. Ali, como em outras unidades, as condições de trabalho são muito precárias. Com a colaboração da PGF, estamos buscando uma solução. Creio que teremos novidades em breve.

## Comenta-se que a PFE-INSS recorre de todas as decisões, o que contribui para morosidade do Poder Judiciário. Qual a sua avaliação?

Os órgãos judicantes têm a função de dirimir litígios e devem estar preparados para tanto. Os segurados que ingressam com ações e o INSS, ao se defender, têm direito de ver os casos conflituosos resolvidos pelo Judiciário. E muitas vezes é preciso recorrer aos Tribunais Superiores. Aliás, o nosso índice de êxito nas Cortes Superiores é muito bom. A prática tem demonstrado que os recursos são necessários. Foi assim, por exemplo, quando o Supremo Tribunal Federal em 2003 reconheceu a aplicabilidade do INPC na atualização dos benefícios, ao invés do IGPD-I, alterando milhares de decisões de Tribunais Regionais Federais. Não tivesse a PFE-INSS recorrido, a Previdência teria um rombo que comprometeria as finanças do País. Porém, nem sempre a Procuradoria recorre. Há hipóteses de dispensa de recursos e, sendo

o caso, os procuradores realizam acordos e até mesmo reconhecem erro da Administração, determinado rápido pagamento do que é devido.

## Os prazos especiais da Fazenda Pública não consistem em privilégio que contribui para a lentidão da Justiça?

Não. Se for considerado privilégio é da sociedade, que em última análise é a maior interessada na preservação do equilíbrio financeiro da Previdência Pública, na preservação do meio ambiente, na cobrança dos sonegadores etc. A redução de prazos traria enormes prejuízos à defesa de interesse público e não colabora em nada com a celeridade processual. É de se indagar se a antecipação de um prazo para o advogado público realmente agilizará o trâmite de um processo se o magistrado só vai atuar dali a alguns meses? Vale dizer: se o magistrado não tem condições de examinar o caso antes de agosto, adianta reduzir o prazo do advogado público de maio para abril?

## Quais medidas podem contribuir para o aprimoramento do sistema?

O investimento na prevenção de litígios é a primeira delas. Um processo judicial custa muito caro. Não apenas pela despesa com materiais e recursos humanos do Judiciário, que é altíssima, mas também por que há um custo enorme na defesa do próprio Executivo. O caminho é a valorização da advocacia pública na prática administrativa. Precisamos avançar nesta direção. Outra medida útil seria a criação de mecanismos que propiciassem o julgamento mais rápido de temas relevantes, com grande repercussão social e econômica, pelos Tribunais Superiores. As denominadas 'ações de massa' ainda levam muito tempo para serem julgadas. Enquanto a causa não é decidida, milhares de ações similares chegam ao Judiciário, com seus desdobramentos recursais. Veja a questão da URV nos benefícios previdenciários, foram aproximadamente nove anos até julgamento do STF; mais de seis anos para julgar a aplicação ou não do IGPD-I; a questão do FGTS... Enfim, enquanto o Supremo não julga a alegada inconstitucionalidade, seus órgãos inferiores, e a sociedade indiretamente, sofrem com uma avalanche de ações repetitivas; e depois que a julga ainda resta um longo período de congestionamento e, conseqüentemente, de morosidade. ❖

**ANPAF/RS**  
**RUA DOS ANDRADAS, 1137 SALA 2104 – CENTRO –**  
**PORTO ALEGRE/RS**  
**CEP.: 90020-007**  
**TELEFONES**  
**(51) 3211-6511 (51) 3026-6067**  
**E-MAIL-ANPAF-RS@ANPAF-RS.ORG.BR**